

Governo apura aplicação de verbas para educação

Arnildo Schulz

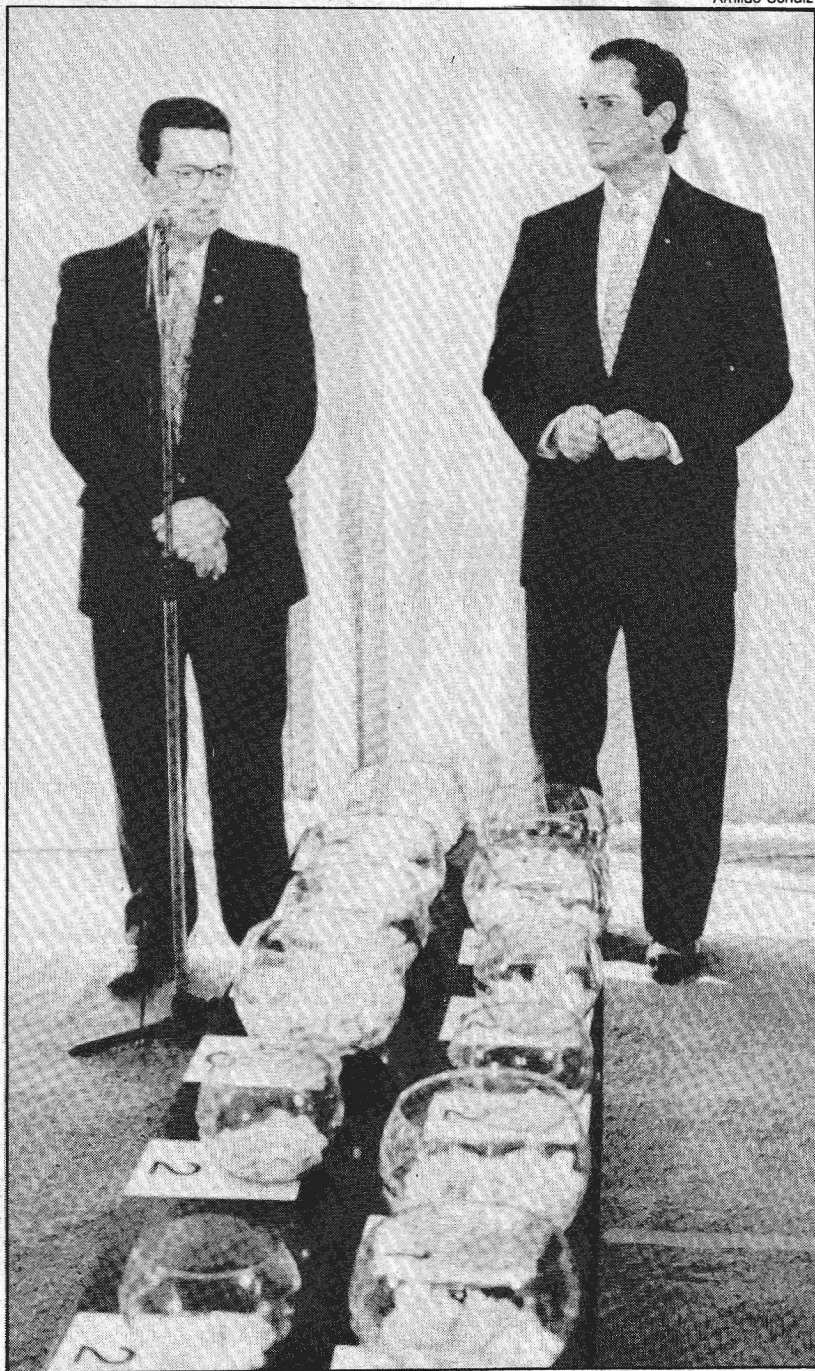
Ao despachar ontem pela manhã na sede do Ministério da Educação, o presidente Fernando Collor assistiu ao sorteio dos primeiros municípios que mensalmente terão seus projetos educacionais, financiados com recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), fiscalizados através de um programa de cooperação técnica com as universidades públicas. Foram sorteados 101 municípios nos 26 estados, uma amostragem dos 1.340 municípios que assinaram no ano passado convênios no valor total de Cr\$ 11,442 bilhões para melhoria do ensino básico. "Quem quiser desviar agora, vai ser apanhado", prometeu o ministro da Educação, Carlos Chiarelli, numa referência às fraudes registradas no setor.

O primeiro número sorteado, uma bolinha de isopor escolhida pelo secretário-geral da Presidência, embaixador Marcos Coimbra, determinou o início da fiscalização pela cidade paulista de Presidente Epitácio, onde foram liderados Cr\$ 20 milhões para a construção de salas de aula. O Ministério da Educação vai fiscalizar até o final do ano cerca de setecentas prefeituras em todo o País.

Nos sorteios seguintes, o secretário de Assuntos Estratégicos, Pedro Paulo Leoni Ramos, sorteou a cidade paulista de Marinópolis, e o general Agenor Homem de Carvalho, chefe da Casa Militar, sorteou a cidade de Mirassol, também em São Paulo. Collor foi chamado por Chiarelli para acionar o computador que mantém um registro de todos os recursos liberados pelo governo para projetos educacionais de estados e municípios. Enquanto a digitadora procurava o valor dos convênios, Collor ouviu o ministro Chiarelli garantir que de agora em diante será possível "saber o que está acontecendo com a verba pública". Quando o computador finalmente forneceu os dados sobre os convênios, Collor fez anotações em sua caderneta de bolso.

Rio

Dentro da amostragem mensal definida pelo Ministério da Educação — cerca de 7% dos 1.340 municípios que receberam recursos — foram escolhidas para serem fiscalizadas este mês duas das 27 prefeituras do Rio de Janeiro beneficiadas — as cidades de Cabo Frio e São Sebastião do Alto. O deputado Carlos Lupi (PDT-RJ), que no último dia 15 convocou o ministro Carlos Chiarelli para esclarecer as denúncias de desvios de recursos no setor, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, considerou "muito grave" a escolha de apenas dois municípios no Rio de Janeiro. "O ministro Chiarelli não parece estar com vontade de investigar nada", criticou Lupi, lembrando que uma auditoria do próprio Ministério da Educação mostrou que as fraudes são maiores no Rio de Janeiro. Chiarelli observou, porém, que a fiscalização examinará apenas os recursos repassados para estados e municípios e não as fraudes encontradas em bolsas de estudo.



Collor assiste ao sorteio dos municípios que serão fiscalizados